

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA ESTADUAL
09.12.2013

1. Informações Gerais

Data: 09.12.2013	Horário: 09h	Local: TJDFT
Participantes: <ol style="list-style-type: none">1. Dr. Alexandre Miguel – TJRO2. Dra. Katia Parente Sena – TJPA3. Dr. Marcelo Augusto Costa Campos - TJSE4. Liz Criciny W. Rauber – TJDFT5. Simone Carrer - TJDFT6. Rosemeire Ferreira – TJRO7. Rosângela Vieira de Souza – TJRO8. Wanderley Hora Hülse – TJSC9. Raquelita Athias – TJPA10. Valéria Fontelles – TJPA11. Rodrigo Teixeira – TJSP12. Erick Andrade – TJSE13. Franck Vieira – TJPE14. Paulo Emílio de Melo – TJPE15. Ivan Gomes Bonifácio – CNJ16. Rita de Cássia Landim – CNJ17. José Francisco Alves - CNJ18. Hélio Carlos Gomes Silva – CNJ19. Fabiana A G e Silva – CNJ		

2. Pauta da reunião

Os seguintes temas foram pautados na reunião:

- Avaliação sobre o VII Encontro do Judiciário;
- Revisão da Estratégia Nacional;
- Comunicação no Comitê Gestor da Justiça Estadual.

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA ESTADUAL

09.12.2013

3. Abertura

Os trabalhos foram abertos pelo Desembargador Alexandre Miguel, que apresentou os itens da pauta e relatou seu ponto de vista em relação ao VII Encontro Nacional do Judiciário.

Ressaltam-se, da sua fala, as seguintes questões:

1. Necessidade de promover a divulgação prévia do conteúdo a ser aprovado nos Encontros Nacionais.
2. Fortalecer trabalho realizado pelos integrantes da rede de governança.

Antes de passar a palavra aos demais participantes, o Desembargador destacou a importância do Comitê Gestor Nacional na condução dos trabalhos propostos.

4. Avaliação do VII Encontro Nacional

Nesse ponto cada representante do Subcomitê explanou sobre o VII Encontro Nacional. A seguir tem-se a síntese das falas:

- Houve grande ênfase sobre o papel que a Rede de Governança Colaborativa desempenhou e vem desenvolvendo ao longo do processo de construção do planejamento estratégico nacional. A maioria avaliou de forma positiva o funcionamento da Rede, ressaltando sua contribuição para integração do Comitê, melhoria do diálogo e trocas de experiências entre os tribunais. Para os participantes, a Rede permitiu um aprendizado acelerado; como consequência houve um amadurecimento do grupo.
- Outro ponto debatido diz respeito à importância do acompanhamento dos assessores de planejamento estratégico aos Presidentes dos tribunais. De forma unânime, enfatizou-se a necessidade desse acompanhamento.
- Sugeriu-se que durante os trabalhos nas reuniões setoriais fosse permitida maior interação entre os assessores de planejamento e os respectivos presidentes.
- Também como ponto positivo, ressaltou-se a maior discussão e debate entre os tribunais durante o processo de formulação da estratégia e a votação das metas com o correspondente glossário.

Após as considerações dos representantes do Comitê, o Diretor do Departamento de Gestão Estratégica – DGE do Conselho Nacional de Justiça agradeceu ao TJPJ pela harmoniosa condução dos trabalhos, a cargo da Presidência do TJ, e elogiou a equipe do cerimonial pela organização do evento.

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA ESTADUAL

09.12.2013

Em relação aos pontos propostos para melhorias, apresentados pelos tribunais, o Diretor do DGE-CNJ informou que, para definição das propostas levadas ao VII Encontro, houve uma reunião com a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento na qual foram apresentadas todas as propostas de metas encaminhadas pelos Comitês aos Conselheiros membros da Comissão. Na ocasião, os Conselheiros propuseram tornar algumas metas mais desafiadoras, propondo ajuste no período para cumprimento da meta.

Nesse contexto, a reformulação da proposta de meta referente ao tema da execução fiscal surgiu da discussão com a Comissão de Gestão Estratégica e das informações do Relatório Justiça em Números, que aponta este tema como a maior causa de congestionamento na Justiça. A inclusão dessa meta se deu também pelo fato de que a matéria está inscrita na proposta aprovada pelos Tribunais nos Macrodesafios. Por fim, informou que a nova meta referente ao tema de ações coletivas foi proposta da Presidência do CNJ.

Corroborou com as considerações dos participantes de que o planejamento deve ser participativo, mas ressaltou que a Rede de Governança Colaborativa deve pensar, ao propor metas, não apenas na capacidade momentânea dos tribunais de alcançar os resultados propostos, de modo que as metas estimulem a busca dos meios para satisfazer os anseios da sociedade.

A decisão da presidência do Conselho, em relação à separação entre os assessores e os Presidentes no *layout* das salas dos grupos de segmentos, foi uma questão de logística. Considerando o curto tempo para as discussões e a forma mais rápida de identificar quem eram os Presidentes para votação, optou-se pelo formato da divisão assessor/presidente.

O Diretor do DGE finalizou suas considerações afirmando que serão levadas todas as sugestões e críticas à Comissão responsável pelo acompanhamento da estratégia do Judiciário.

5. Revisão da Estratégia Nacional

No que diz respeito à revisão da Estratégia Nacional, relatou-se preocupação quanto ao cumprimento dos prazos previstos para levantamento do diagnóstico. É necessário maturar as ideias, para se chegar ao consenso da proposta do segmento. Houve questionamento quanto à continuidade das iniciativas construídas em 2014 no planejamento para 2015-2020.

O Diretor do DGE/CNJ informou que será realizada reunião com o Comitê Gestor Nacional, no dia 18/12/2013, onde será discutido o desdobramento dos Macrodesafios e o cronograma para realização das atividades. Lembrou que está prevista reunião com todos os segmentos para aprovar o desdobramento (iniciativas, indicadores e metas permanentes) em fevereiro, tendo em vista um pedido dos próprios tribunais de aprovar as iniciativas antes de fechar o orçamento.

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA ESTADUAL

09.12.2013

Lembrado que os Macrodesafios do Judiciário decorreu das reuniões presenciais entre os tribunais (I Encontro de Trabalho, nos dias 13 e 14 de junho de 2013; Reunião Preparatória, nos dias 11 e 12 de setembro de 2013), assim como dos debates feitos por videoconferência.

A proposta do DGE/CNJ é que o desdobramento permita maior especificidade aos Macrodesafios, para que não fiquem superficiais. Assim, sugeriu-se que na base dos Macrodesafios (gestão de pessoas, gestão de custos etc.) sejam priorizadas propostas de INICIATIVAS (ações, projetos, programas) para impulsionar os Macrodesafios, dispensando-se a obrigatoriedade de construção de indicadores e metas para os Macrodesafios que se encontram na base.

Nos processos internos, recomenda-se elaborar indicadores (que podem estar desassociados de metas) e metas nacionais para os Macrodesafios. Outra sugestão dada pelo Diretor do DGE/CNJ foi agrupar os Macrodesafios por ano. Importante que até o terceiro ano, todos os Macrodesafios já tenham sido contemplados.

Recomendou-se que, antes de se refletir sobre as iniciativas, indicadores e metas no âmbito do tribunal, pensem-se no cenário nacional, e que se tenha em mente que as metas propostas deverão ser desdobradas do plano estratégico nacional (Macrodesafios).

Lembrado pelo representante do TJSE que cada tribunal, conforme o nível de maturidade em gestão estratégica, poderá adotar maneiras diferentes de participação para o desdobramento da estratégia. Alguns exemplos foram citados:

- levar semanalmente um Macrodesafio para ser debatido pelo juiz, na Escola Judicial;
- disponibilizar um questionário para sugestões;
- realizar discussão durante as RAEs;
- realizar audiências públicas;
- promover seminário;
- elaborar um apanho de práticas para subsidiar os trabalhos;
- envolver organizações, como a OAB, MP e a sociedade no debate.

Esclareceu-se que, após a consolidação das iniciativas, dos indicadores e metas propostas na reunião preparatória, prevista para fevereiro, será revista a Resolução n. 70, cuja aprovação pretende-se ocorrer até abril de 2014.

Proposto que na nova resolução sejam contemplados os indicadores e iniciativas a serem aprovadas na Reunião Preparatória prevista para fevereiro e que as Metas e a priorização dos Macrodesafios fiquem para aprovação no VIII Encontro Nacional.

Por fim, o grupo foi informado que é facultado aos representantes do Comitê Gestor da Justiça Estadual participar da reunião do dia 18 por videoconferência, devendo informar ao CNJ até dia 13 de dezembro sobre o interesse.

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO – COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA ESTADUAL

09.12.2013

Datas definidas:

10.01.2014 – prazo final para os tribunais encaminharem suas propostas de desdobramentos aos subcomitês.

15.01.2014 – prazo final para o comitê do segmento encaminhar ao CNJ a proposta do segmento.

23.01.2014 - Reunião com Comitê Gestor Nacional.

Última semana de fevereiro – Reunião Preparatória - encontro para aprovação do desdobramento.

6. Comunicação do Comitê

Último ponto discutido pelo grupo com a participação do DGE/CNJ foi quanto ao aprimoramento da comunicação do comitê.

Alguns pontos foram questionados:

- 1) O que fazer com os tribunais que não respondem?
- 2) Como sensibilizar?

Propôs-se a adoção de uma estratégia para uniformizar os procedimentos dos subcomitês, a fim de mitigar os percalços que surgem no processo.

O DGE/CNJ informou que toda comunicação, enquanto não houver um perfil específico para enviar comunicados aos comitês pelo próprio sistema de metas, será feita por lista de *e-mail* da Rede de Governança. Será enviado *e-mail* para os representantes oficiais e após para os extraoficiais/alternativos.

Solicitou-se que verifiquem quais os tribunais que não estão participando das discussões da rede de governança.

Dr. Ivan informou que é conveniente a participação do TJSE e TJPA, como ouvintes, nas reuniões do Comitê Nacional, uma vez coordenam os subcomitês do Nordeste e Norte, respectivamente.